

## ARTIGO

### TEOLOGIA DO DOMÍNIO:

### UMA CHAVE DE INTERPRETAÇÃO DA RELAÇÃO EVANGÉLICO-POLÍTICA DO BOLSONARISMO

ELISEU PEREIRA

Doutor em Teologia pela PUC-PR

E-mail: [eliseugp@yahoo.com.br](mailto:eliseugp@yahoo.com.br)

ORCID: <https://www.orcid.org/0000-0001-8184-9935>

**RESUMO:** O objetivo deste artigo é propor a *Teologia do Domínio* (TD) como uma chave de interpretação do fenômeno evangélico-político observado no bolsonarismo. A TD é uma designação difusa para encampar um projeto de poder deslanchado pelas principais lideranças evangélicas dos EUA, visando controlar as principais esferas estratégicas da sociedade, que está sendo amplamente promovido nos países sob sua influência, como o Brasil. O problema-hipótese deste artigo é se o fenômeno evangélico-político bolsonarista pode ser lançado na conta dessa influência estadunidense nas igrejas brasileiras. Para tanto, adoto a metodologia de comparar as principais características da TD nos EUA e no Brasil. O artigo é dividido em três seções: na primeira, apresento definições dos conceitos e os principais intelectuais da TD; na segunda seção, demonstro os êxitos da TD na política estadunidense de Reagan a Trump; na terceira seção, verifico se os conceitos da TD podem ser aplicados no Brasil como chave de interpretação do fenômeno evangélico-político bolsonarista. Por fim, a título de considerações finais, apresento contradições da TD e sugiro caminhos para denunciar e superar a TD para um posicionamento evangélico mais coerente das igrejas em relação à política brasileira.

**PALAVRAS-CHAVES:** Reconstrucionismo. Teologia do Domínio. Política. Evangélico. Bolsonaro

## **DOMINION THEOLOGY:**

### **A KEY TO INTERPRET THE EVANGELICAL-POLITICAL RELATIONSHIP OF THE BOLSONARISM**

**ABSTRACT:** The objective of this article is to propose Dominion Theology (DT) as a key to the interpretation of the evangelical-political phenomenon observed in Bolsonarism. The DT is a diffuse designation to encompass a project of power launched by the main evangelical leaders in the USA, aiming to control the main strategic spheres of society, which is being widely promoted in countries under its influence, such as Brazil. The hypothesis-problem of this article is whether the evangelical-political bolsonarist phenomenon can be launched on account of this American influence on Brazilian churches. To do so, I adopt the methodology of comparing the main characteristics of DT in the USA and Brazil. The article is divided into three sections: in the first, I present definitions of the concepts and the main intellectuals of DT; in the second section, I demonstrate the DT's successes in US politics from Reagan to Trump; in the third section, I verify if the concepts of DT can be applied in Brazil as a key to the interpretation of the evangelical-political bolsonarist phenomenon. Finally, by way of final considerations, I present DT contradictions and suggest ways to denounce and overcome DT for a more coherent evangelical position of the churches in relation to Brazilian politics.

**KEYWORDS:** Reconstructionism. Dominion Theology. Policy. Evangelical. Bolsonaro.

Recebido em: 09/01/2023

Aprovado em: 10/02/2023

DOI: <http://dx.doi.org/10.23925/2176-2767.2023v76p147-173>



O crescimento demográfico dos evangélicos, a mudança de seu comportamento político e o aumento da sua representatividade parlamentar no Brasil têm sido acompanhados desde os anos 1980 por estudiosos das ciências sociais e da religião. Porém, a adesão massiva dos evangélicos ao governo Bolsonaro é um fenômeno complexo, que continuará desafiando os cientistas sociais. Afinal, como Bolsonaro pôde ser compatibilizado com o *ethos* cristão? Que papel desempenharam os evangélicos na eleição e apoio a Bolsonaro? O fato é que, como afirma Guadalupe (2020, p. 78), “o que um candidato evangélico no Brasil nunca conseguiu (unindo o voto dos evangélicos para se tornar presidente) foi alcançado por Jair Messias Bolsonaro com um discurso autoritário, mas conservador, que atendeu às expectativas religiosas da grande maioria dos evangélicos e de muitos católicos”. Como chegamos a isso?

Aparentemente, a eleição de Bolsonaro foi o resultado imprevisto de um longo processo de criminalização da política, de crise econômica e exploração do medo do humanismo (principalmente as pautas dos direitos humanos) e do comunismo. É também a culminância de uma tensão política deflagrada a partir de 2010, na transição de Lula para Dilma. A religião, que parecia banida da política, rompeu o silêncio que lhe foi imposto pelo secularismo e assumiu posição central no cenário político brasileiro.

O objetivo deste artigo é propor a *Teologia do Domínio* (TD) como chave de interpretação desse fenômeno político brasileiro, como complementar às já apresentadas. Justifico essa proposta pelo fato de os analistas da atuação política dos evangélicos brasileiros mencionarem a TD ao lado de outras teologias, como a teologia da prosperidade e da batalha espiritual,<sup>1</sup> ou às vezes como ‘teologia do poder’ ou ‘teologia política’,<sup>2</sup> mas não a identificam com a TD, omitindo eventuais nexos com fenômenos semelhantes que influenciam o caso do massivo apoio evangélico ao governo de Jair Bolsonaro.

Os evangélicos são comumente rotulados como fundamentalistas, conservadores e reacionários, mas, de fato, não são um grupo coeso teológica

---

<sup>1</sup> Assim fazem, por exemplo, Ricardo Mariano, em *O futuro não será protestante* (1999); José L. P. Guadalupe, em *Evangélicos y Poder en América Latina* (2020); Guillermo Flores Borda, em *A Construção de uma ‘Nação Cristã’ na América Latina* (2020).

<sup>2</sup> São exemplos dessa abordagem, Sérgio da Mata, em *A teologia política do governo Bolsonaro* (2020) e João Décio Passos, em *Uma teocracia pentecostal? Considerações a partir da conjuntura política atual* (2020).

ou politicamente. Então, qual vaso comunicante atravessa essas diferenças e contradições e une os evangélicos a esse projeto político predominante?

Minha hipótese é que o fenômeno político-religioso no Brasil tem relação com o êxito da TD nos EUA, onde o voto evangélico foi conquistado pelo Partido Republicano a partir dos anos 1980, sendo a eleição de Trump o seu ato mais recente.

O artigo é dividido em três seções: na primeira, apresento definições possíveis dos conceitos e os principais mentores intelectuais da TD; na segunda seção, demonstro os êxitos da TD na política estadunidense de Reagan a Trump; na terceira seção, verifico se os conceitos da TD podem ser aplicados no Brasil como chave de interpretação do fenômeno evangélico-bolsonarista. Por fim, a título de considerações finais, apresento contradições da TD e sugiro caminhos para superação da TD no meio evangélico de modo a subsidiar um posicionamento mais coerente com a missão cristã na política brasileira.

## **1. Conceitos e mentores intelectuais da Teologia do Domínio**

O objetivo nesta primeira seção é duplo: apresentar definições breves de *reconstruccionismo*, *teologia do domínio*, *dominionismo* e *teonomia* e suas principais características; e, em seguida, apresentar alguns mentores intelectuais da TD.

### **1.1 Conceitos, definições e características**

O termo *reconstruccionismo* deriva das ideias de R. J. Rushdoony, no sentido de *reconstruir* a nação e transformar todos os aspectos da cultura a partir de valores cristãos. Para Rushdoony, a educação era tarefa privativa da família, portanto livre da ingerência do Estado. Somente assim, seria possível deter a degradação moral do país.

*Teologia do Domínio* (TD) é uma expressão mais ampla e popular, usada tanto na mídia como nos grupos evangélicos estadunidenses, para além da teologia calvinista-reformada. O termo *domínio* deriva da interpretação particular de Gênesis 1.28 — “dominai a terra” — aplicando-a, não ao ser humano em geral, mas restritivamente aos cristãos, como os únicos capazes

de cumprir tal mandato. A TD expressa, segundo Diamond (1995, p. 246), “mais uma visão de mundo do que um discreto conjunto de princípios”.

Segundo M. Cunha (2020, p. 18), a TD é “a busca da reconstrução da teocracia na sociedade contemporânea, no cumprimento da predestinação dos cristãos/ãs ocuparem postos de comando no mundo (presidências, ministérios, parlamentos, lideranças de estados, províncias, municípios, supremas cortes) – o domínio religioso cristão – para incidirem na vida pública”. O termo *dominionismo* é derivado e sinônimo de *Teologia do Domínio*.

Por fim, *teonomia* (lit., lei de Deus) designa a visão segundo a qual as leis do país devem refletir as leis de Deus como constam na Bíblia, incluindo pena de morte, criminalização de condutas consideradas pecaminosas, escravidão por dívidas, limitação do poder do Estado etc. Para tanto, é necessário eleger parlamentares cristãos e preparar cristãos para ocuparem os tribunais em todas as esferas da União.

Em resumo, não se deve pensar que a TD representa um projeto coeso de um grupo evangélico monolítico, mas um enfeixamento de crenças — radicais ou moderadas — com diversas contradições entre si. Pode-se dizer que todo reconstrucionista é dominionista, mas nem todo dominionista é reconstrucionista. Numa gradação de moderação, pode-se dizer que o reconstrucionismo é uma proposta radical, minoritária, mais restrita aos EUA, enquanto a *Teologia do Domínio* designa a forma mais moderada de projeto de poder evangélico.

Nem sempre os adeptos da TD assumem as teses reconstrucionistas. As propostas de Rushdoony de fundamentar as leis civis na lei de Moisés, incluindo servidão por dívidas e pena de morte por apedrejamento, são consideradas radicais. Já as propostas de Francis Schaeffer são consideradas muito moderadas por reconstrucionistas como Gary North, por exemplo. Os moderados se contentariam em ter cristãos no comando das principais áreas da sociedade, como forma de preservar a civilização judaico-cristã de degeneração humanista. Mas, o que resulta claro é que a ala moderada do reconstrucionismo acaba servindo de veículo para a ala radical, pois ambas derivam da mesma base ideológica.

Quanto às características gerais do reconstrucionismo/dominionismo, recorro às formuladas por Frederick Clarkson (2005), um dos pesquisadores

do tema nos EUA: nacionalismo cristão, supremacia religiosa e visão teocrática.

1. Os dominionistas celebram o nacionalismo cristão, pois acreditam que os Estados Unidos já foram e deveriam ser novamente uma nação cristã. Dessa forma, eles negam as raízes iluministas da democracia americana.
2. Os dominionistas promovem a supremacia religiosa, na medida em que geralmente não respeitam a igualdade de outras religiões, ou mesmo de outras versões do cristianismo.
3. Os dominionistas endossam visões teocráticas, na medida em que acreditam que os Dez Mandamentos, ou “lei bíblica”, devem ser o fundamento da lei americana e que a Constituição dos EUA deve ser vista como um veículo para a implementação dos princípios bíblicos.

A essas, acrescento a doutrina dos sete montes, segundo a qual os cristãos devem assumir o domínio das áreas estratégicas da sociedade: família, religião, educação, mídia, lazer, negócios e governo. Essa doutrina é atribuída a Loren Cunningham, fundador da *Jovens com Uma Missão* (Jocum), e a Bill Bright, fundador da *Cruzada Estudantil e Profissional para Cristo*, que alegam terem-na recebido em sonhos, simultaneamente, em 1975, julgando-a então como diretriz de Deus para os cristãos do mundo todo (CUNNINGHAM, 2007).

## 1.2 Mentores intelectuais

A partir do reconstrucionismo, traçamos uma evolução teórica da TD, destacando, especialmente, Rousas J. Rushdoony (1916-2001) e aqueles que articularam suas ideias com outros segmentos estratégicos: Gary North (1942-2022), articulador econômico e político; Francis Schaeffer (1912-1984), articulador filosófico e político; C. Peter Wagner (1930-2016), articulador pentecostal. Como se trata de um movimento difuso, essa lista poderia incluir muitos outros nomes.

O contexto social de Rousas J. Rushdoony ajuda a entender sua obra e suas propostas. De família armênia, migrou para os EUA, fugindo da 1ª Guerra Mundial. Rousas se tornou pastor presbiteriano e atuou como missionário entre os indígenas do oeste, onde conheceu a miséria causada especialmente pelo alcoolismo. Ele logo percebeu a incapacidade governamental de atender as demandas sociais e evitar a degeneração da sociedade (MCVICAR, 2015, p. 22-28).

Os evangélicos tradicionais em geral não estavam em condições de apresentar uma contraproposta. Havia cristãos ativos nos conselhos de educação locais, mas não bastava. Era necessário assumir o controle das escolas, formular os currículos, ensinar princípios cristãos a fim de reconstruir a nação com valores cristãos. Para tanto, Rushdoony propôs dois caminhos: os cristãos deveriam começar a educar seus filhos em casa (*homeschooling*) e reduzir o papel do Estado na educação pública. Trata-se de uma “estratégia multigeracional de longo prazo projetada para reconstruir completamente a sociedade” (INGERSOLL, 2015, p. 79).

Para Rushdoony, os seres humanos são essencialmente religiosos, dependentes de Deus e não seres racionais independentes. Sendo assim, a educação não poderia ser secularizada, mas baseada na lei de Deus. “O objetivo explícito da educação cristã é o domínio”, afirma Ingersoll (op. cit., p. 82), citando de Rushdoony: “A finalidade da educação cristã não é acadêmica: é religiosa e prática”. A propósito, os reconstrucionistas não acreditam na autonomia da esfera secular: tudo é religioso. Essa percepção colocou a teonomia no centro do projeto de Rushdoony. Ele sintetizou libertarianismo e calvinismo e forneceu a base teológica para o engajamento político dos cristãos.

Em 1965, Rushdoony criou a *Chalcedon Foundation* para popularizar o reconstrucionismo e passou a publicar o boletim *Calcedonian Report*, no qual defendia suas propostas para a educação. Segundo ele, a autoridade para educar filhos é privativa das famílias. Em 1973, Rushdoony publicou sua obra magna, *The Institutes of Biblical Law*, em 3 volumes, na qual defendia a aplicação da teonomia em todas as esferas da sociedade, incluindo pena de morte por apedrejamento e servidão para pagamento de dívidas:

A lei aqui é humana, não sentimental. Reconhece que algumas pessoas são escravas por natureza e sempre serão. A lei requer que elas sejam tratadas de maneira piedosa, mas também que reconheçam sua posição e a aceitem com graça. O socialismo, ao contrário, tenta dar ao escravo todas as vantagens de sua segurança junto com os benefícios da liberdade e, no processo, destrói tanto os livres quanto os escravizados. O antigo princípio de direito, derivado desta lei, de que o beneficiário da previdência não pode exercer o sufrágio e direitos conexos de um cidadão livre, ainda é válido (RUSHDOONY, 2012, p. 277).

O Estado deve ser mínimo, sem a obrigação de prestar serviços públicos, favorecendo, assim, a autonomia das famílias patriarcais. Os valores de

orientação humanista são inimigos do cristianismo e devem ser rejeitados: “Todos os lados do espectro humanista são agora, em princípio, demoníacos; comunistas e conservadores, anarquistas e socialistas, fascistas e republicanos” (RUSHDOONY, 2010, p. 236).

Rushdoony também ajudou a fortalecer a ideia dos EUA como nação cristã, promovendo o revisionismo histórico. Para ele, a guerra civil não era sobre escravidão, mas uma guerra religiosa em defesa da “cultura agrária, patriarcal e cristã” (INGERSOLL, op. cit., p. 17). Esse mito de fundação é importante para a tese do reconstrucionismo, pois atribui aos valores humanistas a ameaça a ser vencida na defesa da civilização cristã. Rushdoony deixou uma vasta obra literária em defesa do reconstrucionismo. Após sua morte, a *Chalcedon* perdeu importância, mas as ideias de Rushdoony continuam servindo de base para muitos movimentos religiosos e políticos da Direita Cristã dos EUA e outros países.

Gary North (1942-2022), genro de Rushdoony e seu colaborador direto na *Chalcedon Foundation*, foi um ativo militante anticomunista, economista liberal da escola austríaca, adepto de L. von Mises e F. Hayek, e sócio do Instituto Mises (INGERSOLL, op. cit., p. 58). North foi assessor de Ron Paul, um congressista libertário, ligado ao *Tea Party* (ibid., p. 56). Mais tarde, North se separou de Rushdoony e fundou o *Institute for Christian Economics* (ICE), que acentuou sua principal contribuição: articular o reconstrucionismo com economia liberal, usando linguagem acessível, o que lhe permitiu alcançar um público maior.

Ao todo, North foi autor ou coautor de mais de 50 livros, como também autor e editor da *The Remnant Review* e do *Reality Check*, em formato eletrônico. Além do ICE, fundou também a *Dominion Press* que publica livros e revistas sobre o reconstrucionismo. Entre 1986 e 1987, ele publicou uma série de 10 volumes, intitulada *Biblical Blueprints*, na qual reuniu especialistas de diferentes áreas e apresentou um programa completo para a direita cristã conservadora.

Segundo North (1999), “o caminho para a riqueza, tanto individual quanto corporativa, é pela adesão sistemática à lei de Deus revelada pela Bíblia”. O Estado não tem como promover a riqueza das pessoas a não ser aplicando a lei de Deus. Quando isso ocorre, “a riqueza per capita aumenta” (id.). Somente a prática da lei de Deus “produz riqueza” (id.). Para North, a pobreza

é natural, pois “o Senhor faz pobres e faz ricos: ele os rebaixa e os exalta” (1Sm 2.7). Logo, “Deus é soberano sobre os pobres. Ele os levanta - não todos eles, mas alguns deles” (id.). Sobre liberdade religiosa, North (1982, p. 25) estabelece estratégia clara:

Todo mundo fala sobre liberdade religiosa, mas ninguém acredita. Portanto, sejamos francos sobre isso: devemos usar a doutrina da liberdade religiosa para ganhar independência para as escolas cristãs até alcançarmos uma geração de pessoas que sabe que não existe neutralidade religiosa, lei neutra, educação neutra e governo civil neutro. Então, eles se ocuparão na construção de uma ordem social, política e religiosa baseada na Bíblia que finalmente nega a liberdade religiosa dos inimigos de Deus.

A proposta de North para pena capital associa, sarcasticamente, economia e teonomia: o apedrejamento deve ser adotado “devido à ampla disponibilidade de pedras e seu baixo custo” (VILE, 2003, p. 67; CLARKSON, 1994). Nos anos 1990, North se notabilizou por fazer previsões catastróficas sobre o *bug do milênio*, que provocaria colapso global e daria aos cristãos a oportunidade ideal para “impor o domínio por meio das igrejas” (MCVICAR, op. cit., p. 218).

Francis Schaeffer (1912-1984) é considerado frequentemente como um dos mais influentes teólogos do século XX, aluno de Van Til no seminário presbiteriano. Embora crítico de Rushdoony na defesa da separação entre igreja e Estado, contribuiu para propagar o reconstrucionismo, por meio escrito, estudos e palestras. Após a 2ª Guerra, Schaeffer mudou-se para a Europa, onde abriu o L’Abri, no qual dialogou amplamente com pessoas de todas as crenças. Sua trilogia — *Morte da Razão*, *O Deus que intervém* e *O Deus que se revela* — foi traduzida para muitos idiomas. Schaeffer também produziu documentos e filmes, palestrou em diversas universidades dos EUA e Europa.

Em 1981, Schaeffer publicou *Um manifesto Cristão* — pretendo contraponto ao *Manifesto Comunista* (1848) e ao *Manifesto Humanista* (1973) — que se tornou o texto base da direita cristã, que, naquele momento, estava em plena atividade — era a década de Reagan, como demonstrarei na segunda seção deste artigo. Segundo Diamond (op. cit., p. 246), o argumento do *Manifesto* é simples:

A América começou como uma nação enraizada nos princípios bíblicos. Mas, à medida que a sociedade se tornou mais pluralista, os proponentes de uma nova filosofia de humanismo secular gradualmente passaram a dominar o debate sobre questões políticas. Como os humanistas colocam o progresso humano, não Deus, no centro de suas considerações, eles empurraram a cultura americana em todas as direções ímpias, cujos resultados visíveis incluíram o aborto e a secularização das escolas públicas.

Apesar de ser um reformista moderado, Schaeffer apoiou líderes evangélicos militantes da direita cristã, como Jerry Falwell, fundador da *Moral Majority*, que mencionarei na próxima seção. Randall Terry, fundador da *Operation Rescue*, e Jay Grimstead, fundador da *Coalition on Revival*, atribuem a Schaeffer a inspiração de seu ativismo político (DIAMOND, op. cit., p. 246). Embora *Um manifesto cristão* seja secundário no conjunto da obra, serviu para incluir Schaeffer na propagação da TD e na formação da Nova Direita Cristã.

Por fim, apresento C. Peter Wagner (1930-2016), também estadunidense, professor do Seminário Teológico Fuller por 30 anos, instituição indemonstracional ligada ao Movimento Crescimento da Igreja, de Donald McGraw. Mesmo sendo de formação anglicana, Wagner se tornou o teólogo mais influente das igrejas neopentecostais, chamadas por ele de *terceira onda*. Foi autor de mais de 80 livros sobre batalha espiritual, maldições hereditárias e outras doutrinas dessa temática. Foi fundador de entidades como *Global Harvest Ministries* (1992), *World Prayer Center*, fundador-chanceler do *Wagner Leadership Institute* (1998), membro fundador e presidente da *International Coalition of Apostles* (ICA), que reúne centenas de apóstolos de todo o mundo.

Wagner deu grande impulso à *Nova Reforma Apostólica* (NRA), movimento que defende a restauração do ministério apostólico e profético, a fim de formar o governo apostólico da igreja dos últimos tempos, que irá submeter todas as esferas da sociedade ao senhorio de Jesus. Wagner popularizou a TD em diversos países, incluindo o Brasil, sendo presença constante nas igrejas do Ministério Internacional da Restauração e na Batista da Lagoinha.

## **2. Desenvolvimento da Teologia do Domínio nos EUA**

O objetivo desta segunda seção é demonstrar como os reconstrucionistas avançaram seus objetivos na esfera política nos EUA. Para tanto, precisamos retomar o contexto dos anos 1960, logo após a morte de John F. Kennedy.

Em 1964, o Partido Republicano (PR) sofreu uma de suas maiores derrotas eleitorais. Seu candidato a presidente, Barry Goldwater, obteve apenas 52 votos contra 486 de Lyndon Johnson, Democrata. O PR percebeu que precisava aumentar sua base de apoio com urgência a fim de interromper o longo período dos Democratas no poder. Como o voto nos EUA não é obrigatório, os evangélicos se tornaram o segmento a ser conquistado. A estratégia foi apresentar o PR como defensor dos valores cristãos tradicionais contra a ameaça humanista representada pelos Democratas. Em termos muito sucintos, esse é o ponto de convergência dos interesses republicanos e reconstrucionistas (Theocracy Watch, TW).<sup>3</sup>

A década de 70, que coincide com a publicação das principais obras de Rushdoony, pode ser considerada a fase de preparação da caça ao eleitorado evangélico. Diversas *think tanks* foram fundadas para dar suporte ao projeto político de fortalecer o PR no meio religioso. Em 1973, Paul Weyrich, cristão conservador, fundou a *Heritage Foundation*, cuja missão, segundo consta em seu sítio, é “formular e promover políticas públicas baseadas nos princípios de livre iniciativa, governo limitado, liberdade individual, valores tradicionais americanos e uma forte defesa nacional” (heritage.org). Nesse mesmo ano, Weyrich fundou a *American Legislative Exchange Council (ALEC)*, uma espécie de assessoria para “coordenar o trabalho dos legisladores estaduais da direita religiosa” (TW).

Em 1974, Weyrich fundou o *Committee for the Survival of a Free Congress (CSFC)*, posteriormente chamado de *Free Congress Foundation*, com o objetivo de recrutar e treinar ativistas conservadores, formar candidatos conservadores e levantar fundos para bancar suas campanhas eleitorais. A CSFC atuou em países do leste europeu durante os anos da Guerra Fria. Weyrich lançou o livro *The Integration of Theory and Practice: A Program for the New Traditionalist Movement*, também conhecido como *Manual Weyrich*, livro base da direita teocrática estadunidense. Em 1977, Weyrich e Robert G. Grant, considerado o pai da *Direita Cristã* nos EUA, fundaram a *Christian Voice*, con-

---

<sup>3</sup> *Theocracy Watch* é um projeto desenvolvido pelo Center for Religion, Ethics, and Social Policy (CRESP), da Cornell University/NY, em 2004, sob a direção de Joan Bokaer. Site oficial: <http://theocracywatch.org/>.

clamando evangélicos, mórmons e católicos a superarem suas diferenças teológicas para juntos atuarem na política, especialmente no combate à pornografia e aos direitos dos homossexuais (SMITH, 2003, p. 99).

Em 1978, Steve Shiffman criou a *American Vision* (AV) com o objetivo de pôr em prática os ensinamentos de Rushdoony, capacitando cristãos “para tornar ‘todo pensamento cativo a Cristo’; exercer domínio sobre todos os aspectos da vida; e fazer com que a família, a igreja e o governo civil estejam em conformidade com os ditames da lei bíblica” (INGERSOLL, op. cit., p. 167). Gary North manteve vínculo estreito com a AV (id).

Em 1979, Jerry Falwell, pastor batista, fundou a *Moral Majority* (MM), que atuou intensivamente ao longo dos anos 1980, como principal agência de conquista do voto evangélico para o PR. Para entender a importância da MM, preciso resgatar os fatos a partir de 1976, quando Jimmy Carter foi eleito o primeiro presidente evangélico dos EUA. Nesse ano, Falwell iniciou a campanha *I love America*, viajando por todo o país, a fim de chamar a atenção dos evangélicos contra o avanço dos comunistas e humanistas. A campanha também serviu para justificar a participação de batistas na política, aparentemente violando o princípio da separação entre igreja e estado. Falwell argumentava que a decadência moral da nação exigia a participação dos cristãos nos assuntos políticos (TW).

Em 1980, Carter tentou a reeleição, mas, mesmo sendo o candidato ideal para os padrões evangélicos, foi preterido em favor de Ronald Reagan, um ex-ator. Não apenas isso: os evangélicos fizeram campanha contra Carter, acusando-o de traidor da causa evangélica. A estratégia deu certo: a vitória de Reagan foi atribuída ao apoio dos evangélicos. Além disso, a Direita Cristã formou maioria no Senado, garantindo apoio às políticas liberais de Reagan. Essa vitória eleitoral marca o sucesso da investida evangélica na política estadunidense. Reagan foi reeleito em 1984, completando a virada neoliberal da década (TW).

Estimulados pelo sucesso dos republicanos, Paul Weyrich e Tim LaHaye fundaram, em 1981, o *Council for National Policy* (CNP), “um grupo secreto de líderes de extrema direita que se reúnem regularmente para traçar uma estratégia projetada para promover uma agenda teocrática” (TW). Em 1984, LaHaye fundou a *American Coalition for Traditional Values*, formando uma rede de milhares de igrejas comprometidas a eleger candidatos cristãos. Ele

publicou livros contra o humanismo secular, como *The Battle for the Mind* (1980), *The Battle for the Family* (1982) e *The Battle for the Public School* (1983). Em 1989, LaHaye e sua esposa Beverly fundaram o *Concerned Women for America*, entidade focada no combate ao feminismo (TW).

No final da década de 80, surge um novo personagem: Pat Robertson, pastor pentecostal, dono de rede de TV e produtor e apresentador do programa *Club 700*, de grande audiência nos EUA. Em 1988, Robertson tentou ser o candidato republicano à sucessão de Reagan, mas perdeu a indicação para o vice-presidente George H. Bush. Esse contratempo marca um novo capítulo dos evangélicos dominionistas na política dos EUA (TW).

Por um lado, a *Moral Majority* perdeu densidade e acabou dissolvida por Falwell, em 1989, a pretexto de ter cumprido seus objetivos. Por outro lado, Robertson e os líderes da direita cristã mudaram a estratégia política para focar na política estadual e local (DIAMOND, op. cit., pp. 246, 250). Robertson usa amplamente suas mídias para promover a TD, especialmente o programa *Club 700*, no qual entrevistou muitas vezes R. Rushdoony e outros importantes porta-vozes do reconstrucionismo. O programa tem 90 minutos de duração e foi transmitido diariamente desde 1966 até recentemente. Em 1987, Robertson fundou a *Christian Coalition* para promover a participação dos cristãos nas eleições e aumentar a influência na política dos EUA. Em 1994, a *Christian Coalition* já havia distribuído 40 milhões de livretos sobre valores familiares em mais de 100 mil igrejas dos EUA (TW).

George H. Bush não foi reeleito em 1992, mas a pauta religiosa dominou a campanha e os debates. Segundo Diamond (op. cit., p. 1, 2), tanto a sociedade estadunidense, quanto os próprios republicanos tradicionais se deram conta de que os evangélicos haviam estabelecido sua própria pauta política.

Pela primeira vez, em 1992, a plataforma incluía um quadro que se opunha frontalmente ao aborto em todas as circunstâncias, e outra que denunciava o apoio dos democratas à legislação dos direitos dos homossexuais. [...]

Ficaram para trás os dias em que os cristãos nascidos de novo evitavam os assuntos mundanos. Também ficaram longe os dias em que ativistas da Direita Cristã ficavam fora dos corredores do poder, pedindo para entrar. Agora, finalmente, eles tomaram seus assentos dentro da proverbial tenda dos Republicanos. E chegaram para ficar.

Em 2001, quando George W. Bush sucedeu o democrata Bill Clinton na presidência, Pat Robertson renunciou à direção da *Christian Coalition*, num gesto simbólico que reconhecia o presidente como o novo representante da 'nação cristã'. Bush adotou linguagem religiosa em diversos momentos e favoreceu o avanço da direita cristã. A campanha de reeleição de Bush, em 2004, foi conduzida por Ralph Reed, até então estrategista da *Christian Coalition*, o que confirma a afinidade entre as entidades evangélicas e o PR (TW).

O último capítulo dessa relação político-evangélica foi a eleição de Donald Trump (2017-2021), um conhecido personagem da mídia estadunidense, um *outsider* da política, o padrão oposto do evangélico conservador estadunidense. Para obter sucesso na campanha presidencial, Trump teve que conquistar primeiro o próprio partido e, então, os evangélicos. O acordo se deu numa troca de apoios: os pastores defenderam a candidatura de Trump no meio evangélico e esse adotou a defesa dos valores conservadores e objetivos dominionistas (El Clip, 2019).

Como ocorrera com Reagan, a eleição de Donald Trump foi atribuída ao apoio dos evangélicos, no que foram recompensados pela criação, em 2017, pelo *Center for Faith and Opportunity Initiatives*, sob a coordenação de Paula White, pastora e televangelista da Flórida, e participação de Michele Bachmann, do *Tea Party*, movimento ultraconservador do PR, quase um partido dentro do partido, de inspiração acentuadamente reconstrucionista (id).

Uma das medidas de Trump, de grande simbolismo para os evangélicos, foi a mudança da embaixada dos EUA de Tel Aviv para Jerusalém, no que foi seguido por países latino-americanos. O Governo Trump também ajudou a promover os interesses da TD na América Latina por meio da *Latino Coalition for Israel*, ligada ao *Center for Faith and Opportunity*, cujo objetivo é, como diz o nome, promover o apoio aos interesses geopolíticos de Israel e dos EUA (id.; BORDA, 2020, p. 144-145).

Encerrando esta seção, podemos concluir que, todos os presidentes republicanos, desde Reagan, dependem desse voto, tanto para sua eleição, como para formar maioria no Congresso. Embora o eleitorado evangélico estadunidense seja de 25%, "essa 'minorias estatística' de perfil branco, evangélico e rico, que clama por uma 'maioria moral', consegue, na hora do voto, mostrar-se extremamente articulada" (FINGUERUT, 2008, p. 102). As principais entidades diminuíram sua militância ou mudaram o foco e outras surgiram, mas

a Direita Cristã foi estabelecida. Embora não se possa atribuir toda responsabilidade ao reconstrucionismo, é razoável afirmar que foi o movimento que conquistou intelectual e teologicamente esse eleitorado.

Mesmo quando os democratas vencem a eleição, os evangélicos estão avançando nos governos estaduais, nas câmaras legislativas e nos tribunais, de modo a controlar os distritos que elegem os delegados para a eleição presidencial. Também passaram a ocupar conselhos de educação, censurar livros e obras de arte e deslanchar campanhas contra legislação humanista (DIAMOND, op. cit., p. 2). Assim, o modelo de sucesso do dominionismo estadunidense já podia ser exportado para outros países, especialmente os do hemisfério sul.

### **3. Manifestações da Teologia do Domínio no Brasil**

As perguntas a serem respondidas nesta seção são: o fenômeno atual do alinhamento das grandes corporações evangélicas ao bolsonarismo é uma influência direta da TD dos EUA ou um caso próprio? As características principais da TD — nacionalismo cristão, supremacia religiosa, visão teocrática — bem como a doutrina dos sete montes são percebidas no caso brasileiro.

#### **3.1. Teologia do Domínio no Brasil**

Observo, primeiramente, que a origem sul-estadunidense das primeiras igrejas evangélicas brasileiras implica, em grande medida, numa dependência teológica persistente. Mesmo as igrejas evangélicas autóctones são influenciadas pelas teologias importadas dos EUA, em detrimento de outras influências teológicas e da formulação de teologias próprias. Embora, ao longo da primeira metade do século XX, as igrejas brasileiras tenham assumido progressiva autonomia administrativa em relação a suas matrizes, o neopentecostalismo, surgido nos anos 1970, de forte inspiração estadunidense, se tornou veículo de novas doutrinas, como a da prosperidade, da batalha espiritual e do domínio.

Esse vínculo entre neopentecostalismo e TD é reconhecido por Mariano (2003, apud DIP, 2018, p. 67): “*A Dominion Theology*, assim conhecida por lá [EUA], foi rapidamente proliferada nos segmentos evangélicos brasileiros, em

especial no neopentecostal. Tudo que se refere à luta do cristão contra o Diabo pode ser chamada de Teologia do Domínio.” Para Rossatto (2021), os principais incrementos do neopentecostalismo são “a doutrina da palavra da fé e a teologia do domínio”. Significa dizer que a terceira onda<sup>4</sup> não é tão diferente da segunda, mas distingue-se pela apropriação das novas doutrinas em curso nos EUA.

As igrejas neopentecostais, como a IURD, absorveram as doutrinas da prosperidade, da guerra espiritual e do domínio. Junto a isso, adotaram estilo moderno de administração, novas estratégias de acesso às mídias e à política e, assim, emularam mudanças de comportamento nas demais igrejas brasileiras, o que as transforma em propagadoras do novo *ethos* evangélico. Isso pode ser observado, por exemplo, na quantidade de literatura teológica e religiosa importada dos EUA, pela presença constante de organizações e eventos religiosos (*Jocum, Capitol Ministries, Global Leadership Summit, The Send* etc.), pelas redes apostólicas, que vinculam igrejas brasileiras a apóstolos estrangeiros. Essas crenças e práticas dominionistas prepararam o ambiente evangélico para a adesão ao Governo Bolsonaro.

Como dito anteriormente, a eleição do Bolsonaro é a culminância de um processo iniciado a partir de 2010, na transição entre Lula e Dilma, passando pela crise econômica, pelas jornadas de 2013, pelo impeachment da Dilma, pela extensão da Operação Lava-Jato e pela prisão do Lula em 2018. Aquele ano marcou a guinada de líderes e políticos evangélicos à direita conservadora, captando a insatisfação popular e os temores causados pela promoção das políticas humanistas pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Essa guinada está bem representada na oposição dramática ao PL 122/2006 (criminalização da homofobia), na condução da CPI da Pedofilia (2008) pelo senador Magno Malta e na eleição de Marco Feliciano para presidir a Comissão de Direitos Humanos da Câmara (2013).

Em 2013, Damares Alves, assessora jurídica da Frente Parlamentar Evangélica (FPE), circulou por várias igrejas do país denunciando os projetos de educação sexual do PT, como grave risco para os cristãos, quando ainda não se falava em ‘kit gay’ (NEVES, 2018) e fomentando as propostas da Educa-

---

<sup>4</sup> As “ondas” se referem à teoria das ondas sugeridas por Paul Freston, em sua tese de doutorado (1993).

ção Doméstica (*homeschooling*) e da Escola Sem Partido, dois temas reconstrucionistas. Em 2016, ela disse: “Está na hora da (*sic*) igreja governar” (CALEIRO *et al*, 2018). Alves desempenhou um papel simples, mas poderoso, usando seus cargos públicos e o acesso fácil às igrejas para dar seu testemunho pessoal de vítima de abuso sexual na infância, que venceu e “hoje está lá no Senado Federal escrevendo leis para salvar as crianças do Brasil” (Youtube, 2018, apud MELO, 2020, p. 6).

Damares Alves também foi a pessoa que aproximou Bolsonaro, então deputado do *baixo clero*, da bancada evangélica (C. CUNHA, 2020, p. 251). Essa manobra política rendeu resultados eleitorais imediatos para Bolsonaro. Em 2014, ele tentou ser indicado candidato à presidência, mas não obteve apoio de seu partido. Não obstante, lançou-se a deputado federal pela sétima vez consecutiva e obteve votação quatro vezes maior do que em 2010. Ainda em 2014, o pastor Everaldo Dias Pereira foi candidato à presidência, reunindo, pela primeira vez, segundo Goldstein (2020, p. 40), “o conservadorismo moral religioso e o neoliberalismo econômico”, que, depois, se cristalizaria na campanha de Bolsonaro.

A partir de 2014, Bolsonaro mudou sua atuação parlamentar para assumir a defesa das pautas morais, tornando-se um “aliado dos evangélicos” (C. CUNHA, *ibid.*, p. 243), fazendo-se batizar no Rio Jordão pelo mesmo pastor Everaldo Pereira (presidente do PSC). Ele apareceu em igrejas, recebeu orações e citou versículos bíblicos e o slogan *Brasil acima de tudo e Deus acima de todos*. Apesar dos percalços da campanha eleitoral e de conflitos pontuais, a estratégia foi bem-sucedida. Bolsonaro foi eleito presidente em 2018 e deu amplo espaço a evangélicos em seu governo, consolidando uma direita cristã brasileira. Como aconteceu nos EUA, igrejas de diversas denominações superaram suas divergências em favor de um projeto político ecumênico.

Se o terreno do dominionismo foi preparado pela influência teológico-política dos evangélicos/neopentecostais estadunidenses, no governo Bolsonaro o projeto de poder foi escancarado. E isso se deve em grande parte à convergência ideológica entre Trump e Bolsonaro. De um lado, Trump se retribuiu o apoio da direita cristã comprometendo-se a promover a influência das doutrinas evangélicas na América Latina e a adesão aos objetivos da TD. Por sua vez, Bolsonaro se tornou uma espécie de representante dos interesses políticos e religiosos dos EUA na América Latina.

Em abril de 2019, estive no Brasil o pastor John Hagee, autor do livro *Em defesa de Israel: um mandato bíblico para apoiar o Estado de Israel*, fundador do lobby *Christians United for Israel* (CUFI) e firme apoiador de Trump. Ele participou, juntamente com Bolsonaro, de um encontro do Conselho Interdenominacional de Ministros Evangélicos do Brasil (CIMEB), que reuniu pastores e representantes de denominações brasileiras (MACIEL, 2019). Segundo Da Mata (2020, p. 65), “a intenção do governo Bolsonaro em transferir a embaixada brasileira para Jerusalém só pode ser adequadamente compreendida nesse contexto”, ao qual ele se refere como um “*Brazilian Hebraism*”, parodiando Weber (ibid., p. 60). O mesmo pode ser dito de países como Guatemala, Paraguai e Honduras, que também transferiram suas embaixadas para Jerusalém nos últimos anos.

Em agosto do mesmo ano, o pastor Ralph Drollinger, autor do livro *Rebuilding America: the biblical blueprint* (título reconstrucionista) e líder do *Capitol Ministries* (CM), também esteve em Brasília a fim de implantar aqui as reuniões de oração e de estudo bíblico que ele realiza com altas autoridades da Casa Branca e do Congresso dos EUA (DIP *et al*, 2019). Durante o governo Trump, Drollinger manteve seu escritório nas instalações da Casa Branca, de onde promovia a implantação do CM em todos os continentes, como consta na seção internacional do sítio institucional (capmin.org), sempre atuando em nome do governo dos EUA e do *Center for Faith and Opportunity Initiatives*.

### **3.2. Características da Teologia do Domínio no Brasil**

O nacionalismo cristão típico dos EUA tem sido adaptado ao Brasil e aos demais países latino-americanos, mediante os mesmos argumentos: demográfico, histórico e cultural, como explicados por Borda (op. cit., p. 131). O argumento demográfico se refere ao fato de a maioria da população brasileira se identificar como cristã, tendo, portanto, pretensamente o direito de definir as leis compatíveis com o cristianismo. Num de seus discursos de campanha, Bolsonaro (ISTOÉ, 2018) disse: “O Estado é cristão e a minoria que for contra, que se mude. As minorias têm que se curvar para as maiorias”.

Camurça (2020, p. 15), por exemplo, aponta uma contradição entre a defesa que os evangélicos faziam da laicidade do Estado e das liberdades indivi-

duais (por exemplo, no apoio à proclamação da república em 1889 e na Constituinte de 1986), quando eram minoria, e a atual postura de ‘confessionalização’ da política, “agora que julgam estar no campo da minoria”. Tal contradição aparente é explicada, por exemplo, por Gary North (op. cit., p. 25), como citado na primeira seção: os cristãos devem usar a liberdade religiosa para ganhar independência do Estado até surgir uma geração que não acredita em neutralidade, mas esteja disposta a estabelecer a teonomia.

No caso brasileiro, o argumento histórico não se baseia em “pais fundadores”, como nos EUA, mas na necessidade de transformar o Brasil em uma nação cristã, mediante a conquista do país para Jesus. “Eles desejam ‘restabelecer’, por meio da conversão individual, da inculcação da moral cristã, do uso da mídia e da participação direta nos poderes políticos constituídos, uma espécie de neocristandade, a dominação cristã do Estado e da vida privada” (MARIANO, 1999, p. 104).

É necessário notar que essas aspirações não são recentes, mas receberam um enfoque dominionista, deixando de significar evangelização “por baixo” — focada na conversão do indivíduo — para uma missão “por cima” (cf. KEPEL, 1991, apud, MARIANO, op. cit., p. 105). Slogans como “o Brasil é do Senhor Jesus” e “feliz a nação cujo Deus é o Senhor” (Sl 33.12) não mais se referem à evangelização tradicional, mas à guerra espiritual de conquista do território e de suas áreas estratégicas para o controle dos evangélicos.

Os evangélicos também sustentam um “cristianismo cultural”, tido como o “conjunto de traços culturais compartilhados pela maioria das pessoas”, independentemente de demonstração (BORDA, op. cit., p. 139). Essa concepção de maioria cultural (real ou imaginada) fornece o impulso para a chamada ‘guerra cultural’ a ser travada contra qualquer manifestação considerada contrária aos ditos ‘valores judaico-cristãos’.

A característica dominionista da supremacia religiosa se expressa no “excepcionalismo cristão”, ou seja, a ideia predominante dos EUA de que eles são uma nação excepcional e “desempenham um papel especial no plano de Deus para a história mundial” (WILLIAMS, 2010, p. 176, apud BORDA, op. cit., p. 148).

No Brasil, essa supremacia cristã se expressa no desejo de prover cargos públicos de todos os poderes da República com pessoal evangélico, como Damares Alves, ministra da Família, e André Mendonça, ministro “terrivelmente

evangélico” do STF. Quando Bolsonaro assume postura pró-Israel, ele também acena para as expectativas escatológicas que unificam evangélicos de todo o mundo, ao tempo em que fortalece os projetos políticos de direita nos EUA e em Israel (GOLDSTEIN, op. cit., p. 14).

Os dominionistas, em geral, têm uma visão negativa do Estado, por isso o querem mínimo, restrito às funções de segurança e justiça. Eles criticam as políticas sociais como uma espécie de idolatria do Estado. É como se dissessem ‘ruim com o Estado mínimo, pior ainda com o Estado máximo’. Na utopia reconstrucionista, não haveria Estado, mas apenas o governo direto de Deus sobre as famílias, uma composição de teocracia com patriarcado, ou, como diz Mariano (op. cit., p. 94), a Teologia do Domínio “sonha com um direito divino dos evangélicos ao poder temporal”. Como isso não é possível, os dominionistas propõem que os cristãos exerçam os poderes do Estado, delegados diretamente por Deus.

Segundo Passos (2020, p. 1117-8), “a conjuntura do governo atual exhibe uma visão explícita de teocracia, ou seja, de exercício do poder em nome de Deus”, “com sujeitos que pensam a coisa pública do ponto de vista religioso e com poderes de gestão distribuídos entre igrejas”. Essa visão teocrática transparece no discurso e nas intenções do governo atual. Bolsonaro é referido como o ‘ungido’ (‘Messias’) de Deus para cumprir uma missão divina, uma batalha do bem contra o mal. Segundo Goldstein (op. cit., p. 119), isso “aumenta o perigo do autoritarismo”, pois, ao invés de encarar os opositores como “parte do marco plural democrático, é identificado com o abominável, ou seja, aquele que deve ser exterminado”.

Por fim, sobre a doutrina dos sete montes, percebo que é amplamente propagada no Brasil, direta ou indiretamente, por meio de livros, como *Sete montes*, de Fernando Guillén; *A Profecia das sete montanhas: desvendando a próxima revolução de Elias* e *O Renascimento dos sete montes*, ambos de Johnny Enlow; *Nascidos para governar*, de André Torres; *Nascidos para reinar*, de Marcelo Bigardi. Os títulos demonstram que não são apenas livros traduzidos, mas de autores brasileiros com notável presença nas mídias sociais.

A doutrina também é propagada por meio de cursos e eventos de temática dominionista oferecidos por igrejas, como a Lagoinha, e por entidades religiosas, como a Adhonep<sup>5</sup> e a Jocum. Cito apenas alguns exemplos:

- *Conferências Governe* (Igreja Lagoinha), realizada em janeiro/2022, em Orlando/MI, cujo objetivo é “despertar e capacitar a igreja dentro de um ensino político a partir da cosmovisão bíblica, para que haja uma transformação social” (lagoinha.com/eventos), com a presença de pessoas da política, como Nicolas Ferreira e o ministro Fábio Faria (id.).

- *Convenção Internacional Domine o Sistema* (adhonep.org), realizada em 20 a 23/07/2022, no Rio de Janeiro, que contou com a presença da ministra Damares Alves, do procurador-geral da República, Augusto Aras, e do ministro do STF, André Mendonça.

Um caso notório é a Escola de Governo Civil (EGC), mantida pela Jocum e pela Universidade Livre Transforma, cujo objetivo, segundo o sítio, é:

treinar cristãos com o entendimento bíblico dos princípios do autogoverno e do governo civil. Como disse Deus para Abraão, Ele deseja construir grandes nações. Nações justas, livres e prósperas. Esta escola oferece não só uma compreensão do propósito do governo civil, mas também a vinculação entre governo civil, educação, igreja e família, para formar nações sob o propósito de Deus (jocumpr.com.br).

O plano de estudos da EGC inclui temas de teor dominionista: “Fundamentos: Introdução à filosofia do governo”, “Cosmovisão bíblica de governo”, “Desenvolvimento histórico e princípios de governo do Gênesis ao Apocalipse”, “A República Hebraica”, “Princípios e desenvolvimento histórico do governo civil bíblico”, “Princípios Práticos do Governo para uma Nação”, “A Bíblia e o modelo econômico das nações”, “Como construir nações para um governo de liberdade” e “Marxismo Cultural vs. Cultura Judaico-Cristã” (id.).

O quadro docente da EGC menciona: Stephen MacDowell, presidente e fundador da *Providence Foundation*, que atuou “em mais de 100 países para aplicar a verdade bíblica a todas as esferas de influência na sociedade”; Mark Beliles, presidente da *Global Transformation Network*, que “atua em nações identificando, orientando e conectando líderes em áreas-chave da cultura, como governo, economia, negócios etc., para serem transformados”; Marcos

---

<sup>5</sup> Adhonep é a sigla de Associação dos Homens de Negócio do Evangelho Pleno.

de Souza, brasileiro, conferencista da Jocum e conhecido defensor de Jair Bolsonaro, desde a campanha até agora após a derrota eleitoral de 2022.

Verifica-se que a Jocum se mantém fiel propagadora da visão dos *sete montes* concebida por Cunningham, seu fundador. Segundo o sítio internacional da Jocum, a entidade atua em 180 países (ywam.org) e, não obstante as ações de caráter humanitário, é exemplo da capacidade de propagação internacional de doutrinas formuladas nos EUA, como a TD.

Encerrando essa sessão, penso poder transferir para o Brasil o que McVicar (op. cit., p. 8) observou em relação aos EUA: o reconstrucionismo só foi percebido quando já estava espalhado por todo o país, principalmente porque usou canais pouco rastreáveis pelos pesquisadores. A propagação da TD se deu “nas salas de estar, reuniões da igreja, estudos bíblicos, *homeschooling* e pequenas conferências organizadas por fiéis adeptos do movimento”. Se for esse o caso, então o doutrinamento teo-ideológico das igrejas brasileiras levou-as a aderir, sem crise aparente, à proposta política da extrema-direita de Bolsonaro, de modo não satisfatoriamente previsto pelos cientistas sociais.

### **Considerações finais**

Neste artigo, propus a Teologia do Domínio como chave de interpretação do fenômeno evangélico-político bolsonarista. Apresentei o desenvolvimento da TD nos EUA e como suas propostas ideológicas avançaram na conquista do Partido Republicano. O objetivo é relacionar essa Teologia do Domínio de matriz estadunidense com o bolsonarismo, mediante a análise das suas principais características: nacionalismo cristão, supremacia religiosa e visão teocrática.

Embora a história da formação dos EUA seja distinta da brasileira, a maioria das igrejas protestantes e evangélicas no Brasil é de origem estadunidense, o que cria vínculo teológico-ideológico entre as igrejas de ambos os países. Essa influência pode ser observada desde o início, como, por exemplo, o envolvimento dos evangélicos brasileiros na luta pela Proclamação da República e pela liberdade religiosa, contra a religião oficial do Império. Os ideais políticos dos EUA já se apresentavam como vantajosos para os evangélicos nativos.

Nesse sentido, pode-se dizer que a supremacia dos evangélicos na sociedade estadunidense serviu de inspiração para os evangélicos brasileiros transformarem sua realidade de minoria social. Assim, no contexto da formação ideológica dos evangélicos brasileiros, a TD serviu de ferramenta para acelerar a mudança de posição, de minoria social para o protagonismo político.

Outra razão pela qual a TD recebeu amplo apoio entre os evangélicos brasileiros é que ela depende de uma interpretação bíblica de simples: a Bíblia deve ser aplicada literalmente, com plena continuidade e paridade, sem mediações entre Antigo e Novo Testamento. A TD apropria-se da linguagem evangélica cooptando os fiéis para uma cruzada política do bem contra o mal. É mais fácil, portanto, que os evangélicos brasileiros se aprofundem na teologia dominionista do que façam uma releitura crítica e contextual da Bíblia.

A questão é se esse apoio evangélico massivo ao bolsonarismo e à extrema direita, observado nas eleições de 2018 e 2022, é um fenômeno de longo prazo ou não. As derrotas eleitorais de Donald Trump nos EUA e a de Bolsonaro no Brasil representam a exaustão do discurso dominionista ou apenas reveses temporários? Como enfrentar a disseminação desse discurso nas milhares de igrejas espalhadas pelo Brasil, que o reproduzem em suas reuniões semanais e nas redes sociais? Essas são demandas de foco multidisciplinar.

No campo teológico e das ciências da religião, observa-se que a TD apresenta graves contradições, sendo, talvez, a mais grave, a interpretação ideológica da Bíblia. Pois, ao pretenderem aplicar a *lei de Deus* a todas as esferas da vida, o que os dominionistas apresentam é uma visão de mundo que sincretiza ideologias de Estado mínimo, governo civil limitado e livre mercado, nacionalismo, supremacia racial e religiosa, dentre outras. Eles defendem um governo civil limitado, mas, ao mesmo tempo, dependem de um Estado forte que lhes garanta o poder. Se os cristãos estadunidenses podem mascarar essas contradições em razão da pujança econômica, os brasileiros conseguirão ‘tapar o ouvido ao clamor do pobre’?

A TD pressupõe um Estado mínimo, ao tempo em que defende a supremacia da lei bíblica, que, uma vez aplicada literalmente, não concederá liberdade de escolha a não-cristãos. A liberdade de culto recebe uma interpretação excêntrica, pois é liberdade para os evangélicos exercerem seu mandato e aplicarem a lei de Deus sobre toda a sociedade e não liberdade individual de adesão a qualquer — ou nenhum — culto.

Algumas contradições da TD residem no nível semântico e aumentam a dissonância entre os dominionistas e seus críticos: eles dão sentido próprio a termos como *estado, governo, liberdade e domínio*. Grant (1987, p. 11, apud INGERSOLL, op. cit., p. 69), por exemplo, diz: “É o domínio que queremos. Não uma voz. É o domínio que queremos. Não influência! É o domínio que queremos. Não tempo igual! É domínio mesmo. Conquista do mundo! Foi isso que Jesus nos mandou fazer!” Esses termos soam equívocos, pois associam ambições políticas com missão evangelística, o que facilita a promoção de suas ideias radicais sem que a sociedade em geral, e os cristãos em particular, percebam as verdadeiras intenções políticas.

É importante repisar que, embora a TD pareça uma proposta ao lado de outras republicanas, ela é a expressão mais branda do reconstrucionismo, lastreada ideologicamente nele e conduz ao mesmo projeto totalitário, sendo, portanto, um risco à democracia. Também é importante frisar que os dominionistas raramente assumem explicitamente as teses da TD, o que dificulta a tarefa dos analistas, ao tempo em que facilita sua propagação.

No Brasil, o bolsonarismo contribuiu significativamente para o processo de “desdemocratização” em vários níveis. Por isso, a TD, aqui proposta como sua chave de interpretação, deverá constar na pauta de estudos dos teólogos e cientistas sociais no sentido de fortalecer a democracia e preservar os direitos conquistados pela Constituição Federal de 88.

## Referências bibliográficas

ADHONEP. Disponível em [http://news.adhonep.org.br/accounts/22654/messages/8189?email=\[email\]&c=1658187726&contact\\_id=\[id\]](http://news.adhonep.org.br/accounts/22654/messages/8189?email=[email]&c=1658187726&contact_id=[id]). Acesso em 30/08/2022.

BORDA, G. F. A construção de uma ‘nação cristã’ na América Latina. In: GUALUPE *et al* (org.). **Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020, pp. 131-153.

CALEIRO, J. P. *et al*. **“Chegou a hora da igreja governar”**, disse ministra dos Direitos Humanos. Disponível em <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2018/12/igreja-ministra-direitos-humanos.html>. Acesso em 15/04/2022.

CAMURÇA, M. A. Um poder evangélico no Estado brasileiro? Mobilização eleitoral, atuação parlamentar e presença no governo Bolsonaro. **Revista NUPEM**,

v. 12, n. 25, jan./abr. 2020, p. 82-104. Disponível em <https://doi.org/10.33871/nupem.v12i25.713>. Acesso em 16 abr. 2022.

CAPITOL MINISTRIES. **Brazil Ministry Leader:** Capitol Ministries is from the heart of God! 12/10/2019. Disponível em <https://capmin.org/brazil-ministry-leader-capitol-ministries-is-from-the-heart-of-god/>. Acesso em 20 mai. 2021.

CAPITOL MINISTRIES. **Internacional.** Disponível em <https://capmin.org/ministries/international/>. Acesso em 14 mai. 2021.

CLARKSON, F. **Christian Reconstructionism:** Theocratic dominionism gains influence. Disponível em <https://politicalresearch.org/1994/03/01/christian-reconstructionismtheocratic-dominionism-gains-influence>. Acesso em 01 mai. 2021.

CLARKSON, F. **The Rise of Dominionism:** Remaking America as a Christian Nation. Disponível em <https://www.politicalresearch.org/2005/12/05/the-rise-of-dominionismremaking-america-as-a-christian-nation>. Acesso em 30 abr. 21.

CUNHA, C. V. Retórica da perda e os aliados dos Evangélicos na política brasileira. In: Guadalupe *et al* (org.). **Novo ativismo político no Brasil:** os evangélicos do século XXI. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020, pp. 237-256.

CUNHA, M. do N. **Fundamentalismos crise da democracia e ameaça aos direitos humanos na América do Sul:** tendências e desafios para a ação. Salvador: Koinonia, 2020.

CUNNINGHAM, L. **Transcript of Interview of Loren Cunningham on Original 7 Mountains Vision.** Disponível em <https://archive.is/e9zT6>. Acesso em 20 mai. 2021.

DA MATA, S. A teologia política do governo Bolsonaro. In: KLEM, B. *et al*. **Do fato ao fake: des(atualizando) Bolsonaro.** Vitória: Milfontes, 2020, pp. 53-69.

DIAMOND, S. **Roads to Dominion:** Right-Wing Movements and Political Power in the United States. Nova York: The Guilford Press, 1995.

DIP, A. *et al*. **Os pastores de Trump chegam ao Brasil.** Disponível em [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/12/politica/1565621932\\_778084.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/12/politica/1565621932_778084.html). Acesso em 16 mai. 21.

DIP, A. **Em nome de quem?** A bancada evangélica e seu projeto de poder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018 (versão Adobe Digital Editions).

EL CLIP. **Líderes evangélicos amparados por la Casa Blanca exportan agenda fundamentalista a América Latina.** Disponível em <https://www.elclip.org/lideres-evangelicos-amparados-por-la-casa-blanca-exportan-agenda-fundamentalista-a-america-latina/>. Acesso em 19 mai. 2021.

FINGUERUT, A. **A influência do pensamento neoconservador na política externa de George W. Bush.** Dissertação, FCL/Unesp, Araraquara, Brasil, 2008.

FRASES de Bolsonaro, o candidato que despreza as minorias. **Istoé**. 24 set. 2018. Disponível em <https://istoe.com.br/frases-de-bolsonaro-o-candidato-que-despreza-as-minorias/>. Acesso em 20 dez. 2022.

GOLDSTEIN, A. **Poder evangélico**: Cómo los grupos religiosos están copando la política en América. Marea Editorial. Edição do Kindle, 2020.

GUADALUPE, J. L. P. Brasil e os novos atores religiosos da política latino-americana. In: Guadalupe *et al* (org.). **Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020, pp. 17-109.

HERITAGE FOUNDATION. Disponível em <https://www.heritage.org/about-heritage/mission>. Acesso em 21 abr. 2022.

IGREJA BATISTA LAGOINHA. <https://lagoinha.com/eventos/285051/conferencia-governe>. Acesso em 20 dez. 2022.

INGERSOLL, J. J. **Building God's Kingdom**: Inside the World of Christian Reconstruction. New York: Oxford University Press, 2015.

JOCUM INTERNACIONAL (YWAM). Disponível em <https://ywam.org/about-us>. Acesso em 20/12/2022.

JOCUM PARANÁ. Escola de Governo Civil. Disponível em <https://jocumpr.com.br/escola-de-governo-civil/>. Acesso em 20 dez. 2022.

MACIEL, A. **Emissários evangélicos de Trump atuaram para mudar embaixada brasileira em Israel**. Disponível em [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/12/politica/1565619027\\_559862.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/12/politica/1565619027_559862.html). Acesso em 19 mai. 21.

MARIANO, R. O futuro não será protestante. **Ciências Sociais e Religião**, n° 1, ano 1, 1999, pp. 89-114.

MCVICAR, M. J. **Christian Reconstruction**: R. J. Rushdoony and American Religious Conservatism. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2015.

MELO, F. **Não é fumaça, é fogo! Cruzada antigênero e resistências feministas no Brasil**. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n372564>. Acesso em 09 mai. 2022.

NEVES, F. **Como o 'kit gay' ajudou Damares Alves a chegar ao primeiro escalão**. Disponível em <https://theintercept.com/2018/12/11/kit-gay-damares-alves/>. Acesso em 20 dez. 2022.

NORTH, G. The Covenantal Wealth of Nations. **Biblical Economics Today**, vol. XXI, n° 2, feb/mar 1999. Disponível em <https://web.archive.org/web/20071112035747/http://reformed-theology.org/ice/news-let/bet/bet99.02.htm>. Acesso em 13 abr. 22.

NORTH, G. The Intellectual Schizophrenia of the New Christian Right. In: Jordan, J. B (ed.). **The Failure of the American Baptist Culture**. Tyler: Geneva Divinity School, 1982, pp. 1-40.

PASSOS, J. D. Uma teocracia pentecostal? Considerações a partir da conjuntura política atual. **Horizonte**, v. 18, n. 57, set./dez. 2020, p. 1109-1136. Disponível em 10.5752/P.2175-5841.2020v18n57p1109. Acesso em 19 mai. 2021.

ROSSATTO, L. **Como Chegamos ao Terrivelmente Evangélico?** Disponível em <https://nadanovonofront.com/2021/12/01/como-chegamos-ao-terrivelmente-evangelico/>. Acesso em 09 mai. 2022.

RUSHDOONY, R. J. **Philosophy of the Christian Curriculum**. Vallecito: Chalcedon/Ross House Books, 2012.

RUSHDOONY, R. J. **The Institutes of Biblical Law: Law and society**. Vol 2. Vallecito: Ross House Books, 2010.

SMITH, M C. Christian Voice. In: DJUPE, P A. *et al.* **Encyclopedia of American Religion and Politics**. Nova York, 2003, pp. 99-100.

THEOCRACY WATCH (TW). What happened between 1964 and 1994? Disponível em [http://theocracywatch.org/taking\\_over.htm#Happened](http://theocracywatch.org/taking_over.htm#Happened). Acesso em 01 mai. 21.

VILE, J. R. Christian reconstructionism. In: **Encyclopedia of Constitutional Amendments, Proposed Amendments, and Amending Issues, 1789-2002**. 2ª ed. Santa Barbara: ABC-Clio, 2003, p. 66-67.